



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte**
2 **e oito dias de setembro de dois mil e onze.** Estiveram presentes os conselheiros municipais
3 de saúde, conforme lista de presença em anexo. O Sr. Porsani iniciou a reunião, dando as
4 boas vindas a todos os presentes e realizou a leitura da pauta, sendo: **I. Informes; II.**
5 **Apresentação, discussão e deliberação da Lei Orçamentária Anual – Exercício 2012 e a Peça**
6 **Orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde. I. Informes:** o Sr. Trombetta informou que
7 o PA Centro não realizou atendimentos por falta de insumos de radiografia. Falou que o PA
8 atende, em média, trezentas pessoas por dia. Falou que existe um problema com o aparelho
9 radiológico e com a rede de oxigênio do PA, os quais ainda não foram solucionados. Falou
10 que sempre existe a desculpa que a Prefeitura não possui recursos para isso, porém se
11 verifica que a Associação Maria Porta do Céu recebeu antecipado por serviços que não
12 foram realizados. Falou que esse convênio será passado no Conselho Municipal de Saúde
13 como informe. Informou que a Associação recebeu, de fato, recursos para serviços que não
14 foram executados, o que configura irregularidade, pois a instituição só pode receber depois
15 da execução para a que foi contratada. Solicitou que a prorrogação desse convênio seja
16 votada no CMS e que o dinheiro seja devolvido à Prefeitura. Falou ser inconcebível faltar
17 algodão e medicamentos nas unidades de saúde e radiografias em um pronto atendimento.
18 Solicitou ao Secretário de Saúde esclarecimentos sobre essas informações. Colocou-se
19 envergonhado em relação à essa situação. A Sra. Wilma concordou com a fala do Sr.
20 Trombetta e questionou como é possível prorrogar um convênio por mais quatro meses, se
21 ele não cumpriu as metas que foram propostas. Afirmou que a entidade não executou e
22 recebeu. Concordou que a entidade deve devolver a verba recebida aos cofres públicos, pois
23 se trata de improbidade. Solicitou que os conselheiros ficassem atentos e que a prorrogação
24 não deve passar como informes e sim, com votação. Afirmou que os conselheiros que
25 votarem favorável à essa prorrogação fiquem cientes, pois estarão prorrogando algo errado,
26 pois se trata de dinheiro público. Falou que recebeu uma informação de uma colega que
27 está no Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, apontando a falta de gases estéreis dentro do
28 centro cirúrgico do hospital, fraldas nas unidades pediátricas. Questionou como um centro
29 de cirúrgico funcionará sem gases estéreis e se as mães dos pacientes terão que comprar as
30 fraldas. Falou que a informação que recebeu da farmácia do hospital é de que não fora feito
31 compras e que não serão realizadas, devido à racionalização de verbas. Afirmou que não
32 pode fazer as denúncias do hospital, pois vem sofrendo retaliações. Falou que a presidência
33 do hospital, ao invés de responder os documentos onde pede esclarecimentos, ele faz
34 reunião para não responder os referidos documentos. Afirmou que encaminhou as
35 solicitações ao Ministério Público. Falou que não medirá esforços para realizar essas
36 denúncias, inclusive recorrendo à mídia, pois defende o SUS. O Sr. Felipe falou sobre o dia
37 latino-americano contra a descriminalização do aborto. Falou que o aborto é o direito que as
38 mulheres tem de interromper a gravidez até as doze semanas gestacionais. Falou que, no
39 Brasil, metade das mortes relacionadas ao ciclo gravídico é relacionada à complicações
40 decorrentes de abortos realizados em clínicas clandestinas feitos de forma precária. Afirmou



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



41 que quem sofre com isso são as mulheres pobres e de periferia. Alegou que não basta
42 fornecer apenas anticoncepcionais, pois existe a possibilidade de falha. Argumentou que
43 quando falha, todas as mulheres tem o direito de abortar. Falou sobre a descriminalização,
44 pois o aborto já é legalizado no Brasil, para as mulheres brancas e ricas que podem pagar
45 uma clínica de aborto “mais por dentro da lei”. Diz que quando a mulher é pobre, esse
46 direito é negado. Falou que, independentemente da concepção religiosa e filosófica, essa
47 questão deve pertencer à consciência da mulher, mas todos, enquanto Sistema Único de
48 Saúde temos que garantir o direito de decidir sobre o próprio corpo. Ressaltou que o aborto
49 não abrange fetos com idade gestacional acima de doze semanas. Falou ser muito pior as
50 mulheres correm o risco de morrerem por hemorragias ou infecções generalizadas por não
51 terem a possibilidade de fazer o aborto de forma correta, que deve ser oferecido pelo SUS.
52 Falou que o lema do movimento feminista é “educação sexual para decidir,
53 anticoncepcionais para não engravidar e aborto legalizado para não morrer”. A Sra. Neide
54 falou que, os participantes, em especial os deficientes, para irem ao banheiro devem dar a
55 volta no prédio da Prefeitura, pois o banheiro que sempre ficou aberto está fechado.
56 Solicitou que o banheiro localizado ao lado do Salão Vermelho seja aberto para uso dos
57 participantes. O Sr. Edilson solicitou respostas do Dr. Saraiva, em relação aos estudos
58 feitos para a viabilização da construção do Centro de Saúde do Parque Jambeiro. A Sra.
59 Márcia Molina falou que Campinas esteve representada no ato nacional da primavera da
60 Saúde, pela aprovação da EC 29, que garante uma participação do nível federal de 10% (dez
61 por cento) da receita da saúde do município. Falou que o ônibus que levou os participantes
62 fora conseguido pelo CMS, junto com o Dr. Saraiva e com outras secretarias municipais.
63 Falou que foram doados R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) do Sindicato da Construção
64 Civil, do Sindicato dos Químicos e do Sindicato dos Metalúrgicos. Falou que o ato foi
65 importante, pois tinham representantes de todos os estados, com várias ações. Lembrou
66 que a votação da EC 29, na Câmara dos Deputados votou apenas os itens que não abordam a
67 saúde. Explicou que, com todos os itens da EC 29, o Brasil gastaria US\$ 500,00 (quinhentos
68 dólares) por habitante por ano, enquanto que nos países que levam a sério a saúde pública,
69 o gasto com saúde gira em torno de US\$ 2.000,00 (dois mil dólares) por habitante por ano.
70 Falou que o movimento encontrou muitas portas fechadas e que todos devem se unir ao
71 movimento, por ser difícil que o Senado aprove a emenda. Pediu desculpas publicamente
72 para a Sra. Marlene, pois estava inscrita para ir para Brasília e, por uma confusão de
73 comunicação, não fora comunicada a tempo. A Sra. Maria Helena falou que existem
74 problemas na Comissão criada para a discussão sobre o Serviço de Saúde “Dr. Cândido
75 Ferreira” (SSCF), onde já houve três reuniões, sendo que, em duas, os conselheiros não
76 participaram. Falou que os outros dois membros do CMS informaram que não poderão
77 continuar. Informou que as reuniões foram marcadas para todas as sextas-feiras, às 08:00,
78 no SSCF, até o dia 16 de dezembro. Solicitou que o CMS elegeisse novos representantes para
79 a referida comissão. A Sra. Cleuza falou sobre a discussão acerca o orçamento estadual,
80 onde foram feitas reuniões ao longo do ano, referentes à portaria 992, sobre a Política



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



81 Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra. Informou que, no orçamento de
82 2010 e 2011, Campinas não cumpriu o que determina essa portaria. Ressaltou que a
83 Conferência Municipal de Saúde reiterou a portaria na resolução. Entregou os treze pontos
84 que são responsabilidades dos gestores municipais referentes à portaria. A Sra. Sandra, da
85 comunidade cigana, informou que existem os ciganos nômades e os não-nômades. Informou
86 que existem, atualmente, muitos ciganos nômades, na região do Ouro Verde, precisando de
87 alguma infra-estrutura, como banheiros químicos, caminhões de água e assistência da Saúde
88 à essa população, pois esses ciganos não possuem documentos. O Sr. José João informou
89 que no Jardim Florence, onde existe o projeto Teia, existe uma verba de R\$ 100.000,00 (cem
90 mil reais) no Fundo Municipal de Saúde, sendo que não conseguem aplicar esse recurso.
91 Afirmou que o projeto é focado nas crianças e adolescentes, o qual é um problema sério na
92 região. Afirmou que a comunidade não quer o projeto seja cancelado, e sim que seja
93 liberado para que se possam iniciar os trabalhos. A Sra. Cleusa informou que o Seminário de
94 Saúde da População Negra será realizado no dia 27 de outubro, na Câmara dos Vereadores.
95 O Sr. Gerardo registrou sua indignação relacionada ao informe da Sra. Wilma. Solicitou do
96 Dr. Saraiva e do Dr. Pedro Humberto explicações sobre as denúncias. Solicitou que o Dr.
97 Salvador para prestar esclarecimentos ao CMS. Falou ser inadmissível um hospital como o
98 Mário Gatti, com toda a sua tradição, e existir uma denúncia com esse teor. Afirmou que a
99 Secretaria Municipal de Saúde deve cobrar uma resposta dos responsáveis pelo hospital.
100 Falou que o secretário de saúde é o responsável pelo hospital, o qual se tornou pauta em
101 todas as reuniões do CMS. Falou sobre os atos em defesa do CEREST, onde ocorrerá um ato
102 público, no dia 01 de outubro, na praça atrás da catedral, cobrando que os recursos do
103 CEREST sejam repassados à unidade, conforme resolução da Conferência. Apontou que
104 muitas pessoas reconhecem o trabalho do CEREST. O Sr. Francisco informou que fora
105 discutida na reunião da Comissão Executiva, realizada na tarde do presente dia, a questão do
106 Complexo Hospitalar Ouro Verde, abordando a posição do novo governo em relação à
107 municipalização. Alegou que a discussão deve voltar em breve para a pauta de discussões do
108 CMS. Informou que, provavelmente, ocorrerá uma reunião no dia 11 de outubro, com a
109 participação dos envolvidos na formulação do projeto da Fundação Estatal de Direito
110 Privado. Falou sobre o convênio entre a SMS e a Associação Maria Porta do Céu, lembrando
111 que o convênio foi aprovado em reunião polêmica, sendo que na reunião anterior da
112 Comissão Executiva, foi encaminhada a proposta de prorrogação do convênio por quatro
113 meses, sem recursos adicionais, sendo somente uma prorrogação de prazos, para a
114 execução de cursos de capacitação, os quais não foram atingidos as metas. Informou que a
115 Comissão Executiva questionou e os gestores não souberam responder quais as perspectivas
116 para depois dos quatro meses, se haverá renovação ou não. Informou que a Comissão
117 Executiva não viu problemas na prorrogação sem recursos adicionais, pois os recursos já
118 foram executados. Lembrou que o Conselho Fiscal de Saúde se posicionou contrário.
119 Ressaltou se tratar de um convênio que tem obrigatoriedade de passar pelo pleno em uma
120 possível renovação. Explicou que a Comissão Executiva não pautou o convênio por se tratar



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



121 de uma prorrogação sem a execução de novos recursos, com a ressalva importante da
122 recomposição da Comissão de Acompanhamento desse convênio e que seja feito uma
123 prestação de contas do convênio após essa prorrogação. Lembrou que não existem
124 deliberações no momento do informe da reunião do CMS. O Sr. Severino informou que o
125 Conselho Fiscal de Saúde discutiu a prorrogação do convênio em sua reunião, realizada
126 ontem. Informou que o Conselho Fiscal de Saúde não concordou com a prorrogação, por
127 discordar do pagamento antecipado, sem a execução dos serviços. O Dr. Saraiva respondeu
128 que está preocupado com a situação do Pronto Atendimento Centro e que visitou a unidade
129 para verificar os problemas de infra-estrutura. Afirmou que acionou o secretário municipal
130 de administração e definiram como prioridade zero para solucionar esses problemas.
131 Afirmou ficar indignado com a necessidade de encaminhar os pacientes para outras
132 unidades para realizar exames radiológicos. Afirmou que solicitou à Sra. Cecília, diretora do
133 DGDO, que, uma vez que está sendo revisto o contrato com a Irmandade, seja revisto o
134 contrato com o raio-X e com o laboratório, sob pena de não fechar o convênio com a
135 entidade. Comprometeu-se em conversar com o Dr. Salvador, para averiguar as denúncias
136 realizadas pela Sra. Wilma. Sobre a construção do Centro de Saúde do Parque Jambeiro,
137 informou que é necessário finalizar a discussão sobre o desembargo das obras na região,
138 que foge da alçada da SMS. Informou que o Ministério da Saúde publicou em Diário Oficial
139 anunciando o aporte de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) para o
140 Complexo Hospitalar Ouro Verde, que integralizará a assistência, chegando a 80 a 90% de
141 ocupação dos leitos, representando uma grande ampliação e um alívio na sobrecarga do
142 sistema hospitalar de Campinas. Explicou que o recurso é retroativo ao mês de setembro.
143 Convidou a todos para a inauguração da Unidade Básica de Saúde do Jardim Rossim.
144 Agradeceu o trabalho do Dr. Rubens, coordenador do Distrito de Saúde Noroeste. O Sr.
145 Porsani falou que na última reunião do CMS fora realizada a eleição para a Comissão de
146 Discussão de Recursos Humanos, onde existiu um questionamento do Sr. Trombetta,
147 alegando que existiam conselheiros que estavam em mais de duas comissões. Afirmou que o
148 Regimento Interno, no artigo 14º, diz que existe uma recomendação e não uma obrigação
149 dos conselheiros participarem de apenas duas comissões. Diz que fora conversado com o Sr.
150 Xavier sendo sugerido que cedesse a vaga para o Sr. José Martins, sendo que o Sr. Xavier
151 acatou a sugestão, permanecendo como suplente da Comissão de Recursos Humanos.
152 Consultou os conselheiros trabalhadores se concordavam com a indicação da Sra. Juliana
153 Turno como suplente da comissão. Solicitou que a Comissão procure a Sra. Sílvia Carmona
154 para agendar a primeira reunião da Comissão. O Sr. José Carlos falou sobre os convites
155 recebidos, sendo para o dia 05 de outubro, onde ocorrerá o encontro do Prefeito Demétrio
156 com os conselhos municipais; falou sobre a programação da semana dos idosos, na
157 UNICAMP; e sobre o Fórum Permanente de Ambiente e Sociedade contra a pobreza e a
158 deficiência alimentar. Convidou os conselheiros para o debate público sobre a jornada de
159 trabalho da saúde, a ser realizada na Câmara dos Vereadores. O Sr. Trombetta solicitou uma
160 questão de ordem, questionando se o Sr. Francisco oficializou o informe da prorrogação do



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



161 convênio com a Associação Maria Porta do Céu. Solicitou que, diante da oficialização da
162 prorrogação, fosse verificado se o pleno está de acordo com a condução. Solicitou que fosse
163 encaminhada uma votação perguntando se o pleno aceita essa situação conforme se
164 encontra. Afirmou que é necessário deliberar sobre o assunto, mesmo que a Comissão
165 Executiva diga não ver empecilhos na prorrogação. Solicitou a votação para verificar se o
166 pleno aceite a prorrogação. Alegou que não se deve passar informações importantes no
167 afogadilho, como fora feito com o Complexo Hospitalar Ouro Verde. Afirmou que tomará
168 providências contra essa prorrogação. O Sr. Francisco ressaltou que é o primeiro a defender
169 que o CMS não aceite “goela abaixo” as determinações da gestão, como fora feito com a
170 prorrogação do convênio com a SPDM, encaminhado ao pleno como informe recentemente.
171 Explicou que a Comissão Executiva entendeu se tratar de uma prorrogação sem verbas
172 adicionais e concordou com a questão de pagar serviços que não foram executados, porém
173 acredita que existe a chance de discutir o assunto do convênio em um momento mais
174 apropriado, sendo que isso não cria problemas na prorrogação. Reafirmou que a SMS deve
175 realizar a prestação de contas do convênio antes da proposta de renovação deste, fato que
176 nunca fora realizado. Explicou que a Lei obriga a deliberação do CMS de inclusão ou exclusão
177 de serviços, o que não configura esse caso. A Sra. Wilma solicitou que a prorrogação fosse
178 encaminhada para aprovação do pleno. O Sr. Porsani respondeu que o Sr. Francisco apenas
179 informou a prorrogação, sendo que para uma votação, deveria existir uma apresentação do
180 assunto. Sugeriu que na próxima reunião extraordinária, o assunto seja discutido. Perguntou
181 se o Sr. Trombetta e a Sra. Wilma aceitavam sua sugestão. O Sr. Trombetta afirmou que não
182 aceita a sugestão, pois se trata de aceitar a prorrogação ou não. Afirmou que um assunto
183 polêmico, como esse convênio, devido aos serviços e as metas não cumpridas, deve ser
184 votado pelo CMS. Ressaltou que o Conselho Fiscal de Saúde não aceitou a prorrogação. A
185 Sra. Marlene questionou as falas da Sra. Wilma e do Sr. Trombetta, alegando não ter
186 entendido se a prorrogação está sendo aceita, mesmo que sem verbas adicionais, ou não.
187 Colocou ser absurdo que uma entidade receba a prorrogação do prazo por não cumprir as
188 metas e que esta entidade deve devolver o dinheiro para a PMC. Defendeu que o convênio
189 não seja prorrogado. O Sr. Gerardo afirmou que a discussão sobre o orçamento é mais
190 importante neste momento e sugeriu que o CMS paute para a próxima reunião a discussão
191 sobre este assunto, para que este seja deliberado. O Sr. André lembrou ser contra o
192 Regimento que um assunto dos informes seja discutido na mesma reunião. Em regime de
193 votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU que a discussão sobre a prorrogação do**
194 **convênio com a Associação Maria Porta do Céu seja pautada na reunião a ser realizada no**
195 **dia 19 de outubro.** O Sr. Porsani solicitou que o CMS indique outros conselheiros para
196 participar da Comissão de Discussão sobre o SSCF. Questionou se algum conselheiro tinha
197 interesse. Candidataram-se a Sra. Juliana, a Sra. Sandra e o Sr. José Martins. O Sr. Porsani
198 sugeriu que o CMS referendasse os três conselheiros, sendo aceito por todos. O Dr. Saraiva
199 anunciou a presença do Sr. Juan, secretário de desenvolvimento social e humano do
200 município de Moreno, da Grande Buenos Aires. **II. Apresentação, discussão e deliberação da**



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



201 **Lei Orçamentária Anual – Exercício 2012 e a Peça Orçamentária da Secretaria Municipal de**
202 **Saúde:** o Sr. Porsani informou que negociou como Sr. Fábio para tentar incorporar as
203 sugestões realizadas pelo CMS na última reunião e que a peça a ser apresentada abordava
204 essas incorporações. O Sr. Fábio iniciou a apresentação da Peça Orçamentária da Secretaria
205 Municipal de Saúde, para o exercício 2012, sendo a previsão de orçamento para a saúde de
206 R\$ 875.420.202,00 (oitocentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte mil, duzentos
207 e dois reais), contando um aumento na receita prevista, comparando com a LOA 2011, de
208 8,43% (oito pontos quarenta e três por cento). Explicou as bases de cálculo para a previsão
209 orçamentária. Abertas as falas, o Sr. Luís falou que verificou o recurso destinado à
210 equoterapia, observando o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e que a entidade está
211 renovando o convênio com a SMS, aprovado por unanimidade pelo CMS anteriormente,
212 onde existe o estudo para o acréscimo de vinte para quarenta usuários atendidos, aumento
213 o valor para R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais). Perguntou como esse
214 aumento seria apontado na LOA. O Sr. Trombetta perguntou sobre o orçamento destinado
215 para o CMS, comentando que observa que o CMS acaba aceitando todas as imposições da
216 SMS, sendo que fora aprovado 0,30% do orçamento da SMS para o CMS, o que daria bem
217 mais recursos que o destinado atualmente para o conselho. Afirmou que o CMS somente
218 terá total independência quanto tiver a independência orçamentária, podendo garantir
219 acessória contábil e jurídica e um automóvel para levar os conselheiros para os locais.
220 Informou que muitas ações do CMS são prejudicadas pelo horário em que se realizam, onde
221 não tem mais veículos disponíveis. Defendeu que a autonomia de recursos, garantiria a
222 independência necessária para o CMS. Falou que as eleições nas unidades básicas são longas,
223 necessitando de transporte. Falou ainda em relação ao Pronto Atendimento Centro, onde a
224 verba destinada a ele é insuficiente. Defendeu que o PA atende uma média de trezentos
225 pacientes por dia, inclusive de alta complexidade. Defendeu que o CMS delibere e defina
226 que o PA Centro não tem alternativa, sendo necessário lutar por ele, alegando que no atual
227 local não tem condições para continuar. Apontou que a PMC tem dois terrenos próximos
228 que comportariam um Pronto Socorro muito bom para atender a região central e o Distrito
229 Leste. Falou ainda que fora deliberado na VII Conferência Municipal de Saúde o protesto
230 sobre leitos para queimados, onde Campinas tem dois aeroportos, um tráfego intenso de
231 veículos de cargas explosivas, grandes edifícios e não existe atendimento à queimados na
232 cidade. Falou que Campinas não tem nenhum leito para queimados, apesar do Hospital
233 Municipal Dr. Mário Gatti ter total capacidade para este tipo de atendimento. A Sra. Maria
234 Helena perguntou sobre o PA Centro, onde consta no PPA 2011 e não consta na LOA 2012.
235 Afirmou que o centro tem uma população grande, com muita quantidade de trabalhadores e
236 estabelecimentos comerciais. Falou que as equipes do Centro de Saúde Centro estão
237 defasadas, não dando conta da demanda. Questionou sobre a necessidade da construção de
238 uma nova unidade para atender a demanda da região central. Solicitou um empenho maior
239 da SMS para resolver os problemas do centro. O Sr. Rodrigo falou sobre pontos específicos,
240 relacionados ao PAM do CEREST, questionando como a verba será direcionada diretamente



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



241 ao CEREST e se ocorrerá concurso específico para a unidade. Perguntou sobre a
242 possibilidade da agilização de alguns processos, tais como a construções e/ou reformas de
243 unidades de saúde. Perguntou sobre as empresas que ganham licitações e não realizam as
244 obras que foram contratadas. Questionou a carência de recursos e insumos, mesmo quando
245 é realizada uma previsão orçamentária anual. O Sr. Gerardo parabenizou o Sr. Fábio pela
246 apresentação, apontando que fora educativo de como se realiza um orçamento. Defendeu
247 que a transparência apresentada fosse uma política e que esta apresentação fosse realizada
248 nos distritos de saúde. Afirmou não ter visto como será repassada a dívida que a PMC tem
249 com o CEREST, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ponto que fora aprovado
250 pelo CMS. Questionou os oito meses que se passaram e foram executados apenas 52% do
251 orçamento previsto. Perguntou se é incapacidade ou falta de planejamento. Perguntou onde
252 está o problema, pois é um problema sério a não execução do orçamento planejado.
253 Perguntou como constará a questão da construção do Centro de Saúde do Parque Jambeiro.
254 A Sra. Márcia colocou-se preocupada com a baixa capacidade de execução do orçamento da
255 saúde, pois o orçamento da Saúde é bem dentro das necessidades, não existindo “gordura”
256 para cortar. Defendeu que o CMS acompanhe a execução do orçamento previsto, com mais
257 afinco e que a SMS deve ser mais pró-ativa, para ser mais presente junto à Secretaria de
258 Finanças. Argumentou que demorar oito meses para realizar uma licitação é incompetência
259 de gestão. Defendeu que é possível que uma licitação demore apenas três meses,
260 dependendo da vontade política e de gestão. Argumentou que o CMS deve defender um
261 fluxo diferenciado para a saúde, não sendo natural toda essa demora para a execução e
262 realização das necessidades da Saúde. Considerou que o ano que vem é ano eleitoral e
263 questionou as emendas parlamentares, sendo uma proposta ruim, onde o investimento
264 pode não ser a necessidade real do município. Sugeriu que exista um grupo de obras próprio
265 da SMS para verificar as necessidades do município, recusando emendas parlamentares que
266 não sejam de interesse do município. Falou ser insuficiente o investimento na rede básica,
267 demonstrando a falta de priorização neste ramo. O Sr. Porsani falou ter ficado feliz com a
268 apresentação da fase do processo da LOA, onde abrange a apresentação para ao CMS, antes
269 de encaminhar-se à Secretaria de Finanças. Defendeu que essa prática vire rotina, sendo
270 discutido todo ano. Defendeu que é fundamental aumentar as verbas para o controle social,
271 garantindo a autonomia do CMS, frente à SMS. Sugeriu que o próximo passo seria o próprio
272 CMS administrar o seu recurso. Sugeriu que o Sr. Fábio pensasse em apresentar para o CMS
273 o orçamento liquidado, devendo ser feito uma comparação real, entre a arrecadação real
274 durante o ano e o orçamento liquidado da SMS, podendo ver com clareza a evolução dos
275 investimentos na saúde. Falou sobre a falta de parâmetros concretos e reais para avaliar, nas
276 prestações de contas da SMS. Lembrou que o Regimento Interno prevê que o CMS faça
277 recomendações. Sugeriu que o CMS faça uma recomendação à Secretaria de Finanças e ao
278 Prefeito que não seja feito nenhum corte orçamentário na LOA 2012, destinado à Saúde,
279 apresentada e votada na presente reunião. Alegou que a recomendação deve ser urgente,
280 pois se encontra na época de disputas orçamentárias. A Sra. Eloísa falou sobre a baixa



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



281 execução do orçamento, alegando que todos já sabiam desse fato. Afirmou que a questão já
282 é discutida há tempos e nada é feito para melhorar a capacidade de execução da gestão
283 pública. Falou sobre a baixa qualidade das compras e dos gastos do dinheiro público. Alegou
284 que as compras estão muito complicadas, principalmente para ele, que vem de outros
285 municípios e que já fizera parte de comissões de licitação, sabendo que o processo pode ser
286 alterando, podendo desqualificar as empresas que não se adequam à questão da qualidade
287 dos produtos entregues ou serviços realizados. Alegou que nas prefeituras em que
288 trabalhou, já foram demitidos funcionários e resolvidos os problemas de licitação. Defendeu
289 que a PMC deve cobrar para receber aquilo que compra. Exemplificou com as canetas que
290 não funcionam e que foram jogadas fora, caracterizando dinheiro público sendo
291 desperdiçado. Falou que a SMS investe R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por mês no aluguel de um
292 barracão na região Sudoeste, onde não existe nenhum serviço instalado, há mais de três
293 anos. Defendeu que o CMS não deve mais aceitar essas situações. O Sr. Xavier falou sobre a
294 construção do Centro de Saúde do Parque Oziel, que já passou por várias LOAs e por vários
295 valores apresentados. Alegou que vem observando que os centros de saúde que estão no
296 papel tem os seus valores alterados no decorrer dos anos. Falou que as emendas
297 parlamentares ajudam o município, pois são recursos oriundos do nível federal ou estadual e
298 que se perdem esses recursos por falta da contrapartida do município. O Sr. Fábio
299 respondeu que a região central demanda dois equipamentos de saúde, sendo que existem
300 problemas, como encontrar um terreno que comporte essas duas unidades, sendo que a
301 SMS tentou sem êxito. Explicou que não está no orçamento por ser recursos próprios, não
302 tendo emendas parlamentares. Alegou que a prioridade é terminar as unidades já iniciadas e
303 aquelas que tem recursos externos. Explicou que as unidades que não estão no orçamento
304 são exclusivamente de recursos próprios, não sendo possível apontar essas obras no
305 orçamento, que não comporta novas demandas. Defendeu a necessidade de retomar a
306 discussão sobre a região central. Respondeu que estão alocados R\$ 2.180.000,00 (dois
307 milhões, cento e oitenta mil reais) para o CEREST, relativos ao PAM, sendo que os gastos
308 com pessoal não está incluído, estando na dotação geral da SMS. Explicou que os gastos com
309 o CERETS são apenas com custeio e investimentos. Falou que está previsto o aumento de 6%
310 nos gastos com recursos humanos devido ao dissídio planejado para o ano que vem. Quanto
311 à morosidade do processo administrativo, alegando que um processo licitatório vem
312 demorando doze meses. Defendeu a necessidade de uma reforma administrativa, sendo
313 realizada uma descentralização dos recursos, com responsabilidade e transparência. Falou
314 que a lei da licitação é centralizadora. Afirmou que a SMS não é desvinculada à PMC.
315 Explicou que um orçamento não é totalmente execução por ter sido mal planejado, onde é
316 planejado considerando um orçamento grande, porém o orçamento real é muito menor,
317 gerando restos a pagar. Explicou que quem faz essa previsão orçamentária e o controle
318 orçamentário é a Secretaria de Finanças. Sugeriu que o CMS convide o secretário de finanças
319 para vir para o CMS explicar os restos a pagar e a crise orçamentária que a PMC vive
320 atualmente. Defendeu que o Estado brasileiro deve ser reformado, com reformas nas leis



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



321 que regem o financiamento da Saúde. Falou que, apesar de ter recursos, o sistema emperra
322 a execução dos trabalhos. Apontou que a legislação das licitações é do século passado. Falou
323 que, a partir do momento que a administração pública não dá conta, surge a idéia que o
324 privado é melhor que o público. Falou que o privado cobra muito mais caro que o público.
325 Argumentou que muitos países conseguem realizar um planejamento e executá-lo
326 corretamente e perguntou por que isso não ocorre no Brasil. Ressaltou que a verba do
327 CEREST está na conta, devendo ser passado para uma conta específica do CEREST. Ressaltou
328 que a centralização atrasa os processos, por demandar passar por muitas instâncias.
329 Explicou que a legislação que rege a compra de canetas é a mesma que rege uma construção
330 de um centro de saúde. Explicou que o orçamento é destinado por dotações. Sobre a
331 questão da construção do Centro de Saúde do Parque Jambeiro explicou que não está no
332 orçamento por ser uma contrapartida da iniciativa privada, sendo que quando fizeram os
333 condomínios na região, deveriam ter dado uma contrapartida construindo vias,
334 pavimentações entre outros. Falou que, como a iniciativa privada (construtoras e
335 empreiteiras) não cumpriu essa obrigação, terá que construir o centro de saúde como
336 contrapartida. Ressaltou que somente aparecerá no orçamento se existir investimento na
337 obra. Afirmou que, em ano eleitoral, todo deputado que será candidato à Prefeitura de
338 Campinas, destina verbas de emendas para somente falar que enviou dinheiro para a Saúde.
339 Defendeu que os deputados venham até o CMS discutir as prioridades da saúde no
340 município. Explicou que o convênio com a equoterapia é uma previsão, sendo que se for
341 assinar o convênio de fato, os valores devidos entrarão no orçamento, não havendo nenhum
342 impedimento de abranger esses novos valores no orçamento. Concordou que é necessário
343 discutir a qualidade dos gastos com a Saúde, sendo uma discussão paralela à aprovação da
344 EC 29. Defendeu que são necessários mais recursos e mais qualidade dos gastos.
345 Argumentou que a Argentina gasta o dobro que o Brasil com saúde. O Dr. Mauro, diretor do
346 Departamento Administrativo da SMS, falou sobre a morosidade dos processos
347 administrativos. Explicou que o seu departamento é o responsável pela contratação de
348 serviços e bens da SMS. Esclareceu que, quando se fala que demora um ano para terminar
349 um processo administrativo, se refere única e exclusivamente aos grandes processos de
350 registro de preço. Solicitou cuidado, pois na maioria dos processos de aquisições, os tempos
351 são menores, dependendo dos valores. Explicou que nos processos de registro de preço
352 existem desde o início do processo administrativo, a licitação, a contratação assinada.
353 Concordou que, nestes processos, existe uma dificuldade administrativa. Explicou que o
354 prazo mínimo de um registro de preços é de noventa dias. Falou que, hoje, devido à
355 morosidade da máquina administrativa, se demora tanto tempo para realizar as licitações e
356 receber os registros de preço assinado. Explicou que, para movimentar todos os processos
357 da saúde, existe uma comissão de apenas três elementos, sendo a comissão de licitação
358 composta por um presidente, uma comissão de pregão e uma comissão de pregão
359 eletrônico. Explicou que são três comissões gerenciadas por apenas uma pessoa e dois
360 ajudantes. Falou que essa composição atual resulta em demora, pois existe uma fila de



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



361 processos que devem ser administrados. Defendeu a reforma administrativa e a autonomia
362 dos processos da SMS, garantindo agilidade nos processos. O Sr. Saraiva falou que muitas
363 das questões trazidas ao pleno dizem respeito à mudanças no processo administrativo.
364 Defendeu a reforma administrativa com descentralização de recursos financeiros, jurídico e
365 administrativa. Alegou que não se pode levar o tempo para realizar uma licitação para um
366 instrumento da saúde. Falou que existe um novo governo, devendo a questão ser tratada
367 urgentemente, não devendo ser prorrogada para o próximo governo. Sugeriu que essa
368 discussão seja encaminhada pelo CMS. Falou sobre o sofrimento que a SMS passa quando
369 necessita de uma compra de insumos é grande. Argumentou que a SMS não deve passar
370 pela morosidade da máquina administrativa. Defendeu que orçamento deve ser planejado
371 baseado em uma estimativa mais próxima do real, não criando um orçamento ilusório. Falou
372 sobre a necessidade de uma relação de mais proximidade com a Secretaria de Finanças, para
373 a construção de um orçamento mais eloquente. Concordou com a fala da Sra. Maria Helena
374 sobre o Centro de Saúde Centro, onde existir uma orientação de governo, para não ocorrer a
375 hipocrisia de apontar no orçamento e não se cumprir. Falou que surgiu uma idéia de pegar a
376 área do DETI e construir uma unidade de saúde, em substituição ao centro de saúde Centro.
377 Ressaltou que está pensando em áreas, pois a dificuldade de encontrar áreas adequadas na
378 região central é grande. Falou que uma desapropriação demora em torno de três a quatro
379 anos. Lembrou que chegou a propor, sendo vaiado, que desocupando a policlínica II, fosse
380 montado o centro de saúde no térreo e no primeiro andar. Entendeu que se faz necessário
381 retomar a discussão sobre todas as unidades. Defendeu que fosse possível realocar os
382 recursos das emendas parlamentares para as prioridades da saúde no município. Falou que
383 o Centro de Saúde do Parque Jambeiro não entrou no orçamento, por se tratar de um
384 acordo que deverá ser firmado entre as empresas que irão incorporar a contrapartida.
385 Defendeu que se criasse um dispositivo no orçamento, já sabendo que existirá o recurso
386 fruto de uma doação lícita, para assegurar a construção da unidade. Falou que quando uma
387 empresa ganha uma licitação e deixa de fornecer é uma questão muito séria. Falou que uma
388 empresa que deixa de fornecer um insumo de saúde tem as mesmas formas de penalizações
389 que uma empresa que deixa de construir um prédio administrativo. Ressaltou que existem
390 empresas que simplesmente deixam de fornecer, mesmo com o pagamento realizado.
391 Exemplificou que a empresa que deveria ter construído os centros de saúde do São Bernardo
392 e do Rosália, simplesmente foi embora. Caracterizou como sendo uma responsabilidade
393 criminosa. Defendeu que essas empresas devem ter um tratamento administrativo
394 diferente. Falou que as obras licitadas são mais caras que se fossem construídas com
395 recursos privados. Argumentou que as áreas fins não devem ser penalizadas com cortes no
396 orçamento. O Sr. Porsani falou sobre a proposta da recomendação. Em regime de votação, o
397 Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a recomendação para o secretário de finanças e**
398 **para o Prefeito, solicitando que não fossem feitos cortes no orçamento da Saúde**, por
399 unanimidade. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVA a Peça**
400 **Orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde, exercício 2012**, por unanimidade. O Sr.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



- 401 Porsani encerrou a presente reunião. Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto
402 Junior, lavro a presente ata, assinando-a juntamente com os demais presentes.